

IDENTIDADE LITERÁRIA E INTERDISCIPLINARIDADE: LITERATURA, ANTROPOLOGIA, HISTÓRIA

Heloisa Toller Gomes
UERJ

A constatação da crise em que se encontra o estudo da literatura há muito deixou de ser novidade, e as próprias designações “literatura” e “estudos literários” têm sido postas em xeque, ou usadas com reserva, na pesquisa e no ensino universitários da literatura. Vale acentuar, por outro lado, que prestigiamos a “ABRALIC” enquanto comparatistas da literatura e que a maior parte de nós cumpre funções docentes e de pesquisa em programas de literatura. Embora imbuídos de desconfiança para com a pertinência de denominações tradicionais, continuamos a nos qualificar e identificar entre nossos pares como professores e alunos de literatura, o que evidencia a insegurança presente sobre o nosso objeto de estudo e sobre o próprio lugar de onde falamos.

A busca de novos caminhos liga-se inevitavelmente a questões de identidade e de limite: à problemática da especificidade do discurso literário, à de suas fronteiras em relação a outras modalidades discursivas e a nossa própria identidade enquanto agentes culturais, exercendo sua *praxis* na América Latina. É destes aspectos que tratamos, no que se segue. Paralelamente, será aqui considerada a noção de interdisciplinaridade como alternativa possível e desejável, na complexidade do quadro atual.

A crise que vivemos não é privilégio de nossa área de atuação acadêmica. Ela atinge todo o vasto campo das ciências sociais e das chamadas humanidades, em razão de uma complexidade de fatores que não cabe aqui desenvolver. A história, tradicionalmente patamar e baluarte dos estudos literários, vive a sua crise particular. Como a literatura, a concepção moderna da história e sua institucionalização enquanto disciplina acadêmica, produtos do Iluminismo europeu,

tiveram origem na segunda metade do século XVIII, paralelamente às noções de política, de religião e de economia que viriam a reger a ótica da modernidade no Ocidente. A crise da história foi prefigurada ainda no próprio século XIX, com historiadores divergentes em relação às tendências factualistas e positivistas então hegemônicas. Recentemente, na França, Jacques Le Goff apontou as presenças pioneiras de Michelet e Tocqueville – este último, com seu *História dos Costumes*, antecipando (diz Le Goff) o advento da antropologia histórica.

A grande guinada da história dar-se-ia de fato com a contribuição do grupo **Annales** a partir da primeira metade do século XX. Novos caminhos foram desde então traçados na elaboração de uma história das mentalidades, das representações e do imaginário, em substituição à antiga história das idéias alemã e reforçando o diálogo da história com a etnologia, com a psicanálise, com os estudos literários. Ponderando sobre a questão, Le Goff assinala:

Se afirmo que esta crise [da história] liga-se à das ciências sociais em seu conjunto e à de nossa sociedade e de nosso saber em sua globalidade, isto não significa fugir da questão mas sim definir a amplitude do problema e da tarefa, e sublinhar que [...] trata-se de todo um bloco histórico e científico que é preciso abordar frontalmente. (1- trad. minha)

Le Goff insiste na necessidade de métodos inovadores de pesquisa e no que chama de “novas alianças”, ou seja, na implementação e redefinição de práticas interdisciplinares, em um movimento de abertura da história para com outras áreas do saber. De fato: a partir da segunda metade do século XX, as ligações interdisciplinares viriam crescentemente a se impor nos estudos históricos como saída diante da estagnação do historicismo e dos isolamentos setoriais. Pascal Ory observa, nesse sentido, que a história social, ao assumir crescentemente a sua dimensão antropológica, tem acrescentado à sua investigação, antes concentrada no eixo político/econômico, a análise e o funcionamento das estruturas familiares ou comunitárias, os usos do simbólico, as funções do imaginário. (2)

A mesma conscientização do valor da interdisciplinaridade e da complexa questão dos limites entre as disciplinas acadêmicas tem-se verificado também nos estudos antropológicos. Ao considerar as relações entre antropologia e filosofia, por exemplo, “duas disciplinas não claramente definidas e voltadas ambas para tudo o que diz respeito à vida e ao pensamento humanos”, Clifford Geertz constata, na antropologia, a ansiedade e a insegurança decorrentes “da combinação de uma difusa e confusa identidade acadêmica com a ambição de relacionar tudo a praticamente tudo”. O antropólogo norte-americano acrescenta: “Não que [as] fronteiras se confundam; antes, [antropologia e filosofia] não têm fronteiras claramente demarcáveis.” (3).

Os estudos interpretativos da literatura têm vivenciado, a partir das premências da mesma crise, um saudável impulso de libertação das amarras positivistas herdadas do século XIX. A vinculação histórica da prática e do ensino da literatura, de sua institucionalização acadêmica e de seus conceitos ao etnocentrismo cientificista europeu e, de uma forma ampla, à própria hegemonia imperial européia e seus sucedâneos tornou-se a cada dia mais evidente – inclusive e principalmente no âmbito da literatura comparada, dadas as circunstâncias de sua criação no interior da academia francesa oitocentista.

Tudo isto foi sentido dramaticamente em países e continentes não metropolitanos, caso do Brasil em particular, da América Latina em geral. Estamos, por assim dizer, no olho do furacão. Assim, uma parcela significativa da nossa intelectualidade tem sido estimulada a rever posturas eurocêntricas anteriormente introjetadas e transmitidas sem grandes questionamentos. Isto não ocorreu apenas em razão de influxos internacionais, como a crise do saber ocidental em curso, e consideravelmente graças à contribuição epistemológica de filósofos e pensadores inovadores como Nietzsche, Marx e Freud, os quais abalaram, conforme lembra Foucault, esse saber em suas bases. Refiro-me, a par disso e especificamente no caso brasileiro, ao impacto cultural de novas

interpretações e representações contundentes da nossa sociedade, a partir basicamente do modernismo em suas várias tendências no país.

No plano nacional, assim como no internacional, este quadro de fecundas indagações e processos de conscientização tem aberto novas possibilidades de acercamento de fenômenos culturais em geral, literários em particular. Desde a década de 1980, os chamados estudos culturais - *Cultural Studies*, pois que surgidos inicialmente em países anglófonos - vieram a constituir um amplo guarda-chuva cobrindo áreas discursivas afins, em seus interesses sobre temas como etnia, gênero, sexualidade, migrações, dependência cultural, alteridade e, muito expressivamente, sobre a candente questão dos colonialismos, dos neo- e pós-colonialismos.

Os Estudos Culturais têm, em grande parte, abrigado os estudos da literatura nas últimas décadas do século XX e neste início do século XXI, contribuindo com a sua crítica tanto para investigações do objeto discursivo (nominalmente literário ou não) quanto para a própria formação intelectual e *praxis* de agentes na arena das representações – os atores sociais que articulam e representam não apenas individualidades, “mas anseios e práticas coletivas no campo da cultura e do poder” (reporto-me, aqui, à descrição prévia dos interesses de nosso simpósio “literatura, cultura e poder”, neste Congresso da ABRALIC).

Com sua atitude radicalmente nova diante da cultura e da literatura, os Estudos Culturais têm ajudado a espantar os fantasmas do beletrismo, tradicionalmente rondando os estudos literários, e a reconhecer os componentes ideológicos subjacentes a muito da literatura ocidental. No entanto, por mais instigantes que sejam as suas propostas e pertinentes as suas denúncias, os Estudos Sociais não esclarecem, nem se propõem a esclarecer, a questão da especificidade da literatura, deixando portanto de fornecer uma fundamentação suficiente para o manuseio crítico do material literário. Isto é atestado por Alan Sinfield, professor de Estudos Culturais na

Inglaterra, que afirma, em sua busca do que chama de “subcultural tasks” para melhor lidar com a produção cultural de minorias étnicas e sexuais:

Minha opinião é que [novas] qualificações e aptidões disciplinares não fornecerão um lugar adequado do qual falar, mais do que o fez a tradição literária; e foi isto que preocupou [Edward] Said e [Raymond] Williams. (4 – trad. minha)

A contribuição dos Estudos Culturais é inegável - mormente para quem, como eu própria, trabalhe com questões de exclusão social e dependência cultural discursivamente dadas. Não me parece, porém, que novos rumos no campo dos estudos sociais e interpretativos nos liberem da responsabilidade de pensar a literatura enquanto formação discursiva inerentemente ficcional, sem perder de vista o lugar de onde falamos e de onde exercemos a nossa capacidade crítica.

A crise e os impasses do campo literário coincidem com os impasses sócio-culturais de nossa época e com a nossa inserção histórica e geográfica enquanto intelectuais brasileiros e latino-americanos, enquanto agentes/mediadores nos “processos de construção de valores na cultura e na arte, em geral, e na literatura, em particular”, nas palavras do documento apresentando o tema geral deste Congresso. Ao menos enquanto nos subsidiarmos, e a nossas pesquisas e programas, na literatura (comparada) e enquanto endossarmos as construções discursivas atuais, e até que as abandonemos em favor de outros recortes epistemológicos mais rentáveis.

Há que se pensar a literatura em termos de conceituação teórica, pesquisa acadêmica, prática pedagógica. A questão do literário permanece latente, voltando recorrentemente à tona com a força do reprimido. O estímulo advindo dos estudos culturais, qualquer que seja o seu nome ou o seu escopo, não suprime a necessidade de se pensar o literário e seus, sem dúvida difusos, limites, e de se indagar quanto à especificidade das formações discursivas imaginativas, ficcionais, que nos últimos séculos temos denominado “literatura”. Isto implica em afirmarmos nossos instrumentos conceituais justamente para, assim, tratarmos adequadamente de questões

que elegemos como prioritárias, a saber, as representações da diversidade, de produção e difusão de conhecimento em regiões metropolitanas e não metropolitanas, o trabalho com teorias hegemônicas e não hegemônicas, com diferenças culturais, enfim, com as sempre entranhadas relações entre poder e saber.

Dada a densidade metafórica de sua construção, na literatura estão presentes formações ideológicas, os fios ideológicos que tecem as palavras e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios, para usarmos a expressão de Bakhtin. Discurso dialógico, intercâmbio de discursos manifestados naquela sociedade, a literatura “recolhe” seu material de outros campos e domínios, para retornar à realidade social de onde emergiu.

Diversas áreas do saber têm reivindicado aproximações com a literatura nas últimas décadas, dentre as quais a filosofia. No desenvolvimento de novas teorias de argumentação e de retórica, filósofos, lingüistas e outros especialistas têm trabalhado o campo das representações sociais, em sua constituição a partir de práticas argumentativas e/ou conversacionais desenvolvidas pelos membros de um grupo social.

Em “Analyse des métaphores: une approche pour la recherche sur les représentations sociales”, Tarso Mazzotti observa que estudos filosóficos recentes têm resgatado o lugar das figuras de retórica na argumentação, alegando que estas não se reduzem a formas ornamentais como o pretende a tradição inaugurada no século XVII. Ele escreve: “filósofos, epistemólogos, lingüistas e outros especialistas contemporâneos consideram que as metáforas, as metonímias e as sinédoques são esquemas ou formas cognitivas” exercendo, assim, um papel organizador e persuasivo no seio das representações sociais. Não existe discurso sem metáfora, mas é no discurso literário e também no filosófico, sugere Mazzotti, que há uma considerável intensificação metafórica. (5 – trad. minha)

A literatura também tem sido estudada, recentemente, enquanto prática social, enquanto fenômeno psicológico e social, e em termos de sua relação com outras artes e com as recentes teorias do chamado pós-modernismo. O papel da ficcionalidade como fator constitutivo da literatura vem sendo trabalhado por teóricos da recepção como Wolfgang Iser, que encontrou subsídios na antropologia cultural conforme desenvolvida, entre outros, por Victor Turner.

Aproximações da literatura com manifestações culturais de outra ordem e uma já intensa cooperação interdisciplinar com outras áreas do saber – muito acentuadamente os estudos da sociedade – têm dado realce à expressão sócio-cultural de grupos antes silenciados, que buscam espaço e visibilidade no campo das representações sociais.

Esta situação traz ressonâncias específicas no caso de agentes culturais/literários provenientes de culturas não dominantes. A adoção dos Estudos Culturais tem sido recentemente posta em questão por intelectuais latino-americanos, dentre os quais o venezuelano Daniel Mato, que aponta a filiação apressada da academia latino-americana aos *Cultural Studies* anglófonos – os quais geraram o *Latin American Cultural Studies* (LACS), mescla dos *Cultural Studies* (CS) e dos *Latin Studies Departments* em universidades inglesas e norte-americanas, integrando os *Area Studies* que englobam academicamente as periferias do mundo hegemônico – Ásia, África, América Latina. Daniel Mato repudia toda essa terminologia acadêmica, e propõe em seu lugar a denominação *Estudios Culturales Latinoamericanos*, ou a designação mais genérica e conceitualmente mais independente *Prácticas Reflexivas en Cultura y Poder*, para descrever “o amplo campo de práticas intelectuais em cultura e poder, que compreende não somente os meios universitários e a produção de estudos que assumem a forma de publicações acadêmicas, mas também outros tipos de práticas que possuem um caráter de reflexão e que se relacionam com as práticas de diversos movimentos sociais (por exemplo, feminista, indígena, afrolatinoamericano, de direitos humanos, etc.).” (6 - trad. minha)

As ponderações de Mato, sem tratar especificamente do discurso literário, alertam sobre o risco de darmos a velhos problemas novas roupagens. Ele adverte sobre o perigo de convertermos Birmingham, berço dos *Cultural Studies* ingleses, em novo mito de fundação, no endosso involuntário de uma visão hierárquica e eurocêntrica – agora anglocêntrica – no interior dos próprios estudos culturais que, paradoxalmente, denunciam as hierarquias intelectuais e o eurocentrismo corretamente verificados nos estudos literários. À guisa de exemplo: Nestor Garcia Canclini (ao lado de Jesus Barbero, um dos poucos teóricos latino-americanos atualmente reconhecidos pela academia anglófona, no setor dos Estudos Culturais) comenta ter sido diversas vezes interrogado sobre a influência da categoria de hibridação, de Homi Bhabha, em **Culturas Híbridas**, assinalando que não conhecia o trabalho de Bhabha quando escreveu seu livro. Isto se assemelha às conhecidas tentativas, no campo do comparatismo tradicional, de filiar Gabriel Garcia Marquez a William Faulkner: Marquez foi louvado pela prestigiosa **Révue de Littérature Comparée** como “O Faulkner colombiano” (Paris, 1973), embora afirmasse não ter lido Faulkner no início de sua vida literária. O teor etnocêntrico dessas analogias, apontando por um lado fontes originárias em “literaturas de primeira classe” e, por outro, herdeiros devedores em “literaturas secundárias”, dispensa comentários.

Evitando xenofobias e ufanismos redutores ou seu oposto, aquilo que Canclini, em **Culturas Híbridas**, chama ironicamente de “ideologia do reflexo”, deparamo-nos com um fato inegável: a consideração de que todas essas questões culturais, desde a crise específica da literatura até as convulsões sócio-culturais de nossa época, devem ser vistas por nós enquanto intelectuais brasileiros e latino-americanos que somos.

O escritor argentino Ricardo Piglia, compartilhando de indagações e preocupações semelhantes, assim as sintetiza:

Como veríamos o futuro da literatura e sua função? Não como o vê alguém em um país central com uma grande tradição cultural. Nós nos colocamos a partir das margens, das bordas das

tradições centrais, com um olhar de viés. E este olhar talvez nos dê uma percepção diferente, específica. Há uma certa vantagem, às vezes, em não se estar ao centro. Em contemplar as coisas a partir de um lugar levemente marginal.

Evocando o “valor suplementário” de tal visão, Piglia propõe acrescentar às conhecidas propostas de Ítalo Calvino “para o próximo milênio” a idéia de deslocamento e de distância. O estilo literário, diz Piglia, “é este movimento até outra enunciação, é uma tomada de distância com relação à própria palavra”, o que significa “fazer da linguagem um lugar para que o outro possa falar.” Ele conclui: “A literatura seria o lugar em que é sempre o outro que venha a dizer. ‘Eu sou outro’, como dizia Rimbaud.” (7 – trad. minha)

Com Piglia, vejo como imprescindível a consideração articulada dessa dupla instância: a literária, a latino-americana, ambas informando e informando-se reciprocamente. O olhar (do) literário fornece algo diverso do olhar psicanalítico, do olhar antropológico, historiográfico ou sociológico, em seu milenar caráter ficcional que emerge tanto na poesia de Homero quanto nos recentemente valorizados *testimonios* da memória incaica. Nestes últimos, como em Machado, Rosa, ou Adélia Prado, reconhecemos o “olhar de viés” latinoamericano, ou a “memória ficcionalizada” de que fala o escritor brasileiro Salim Miguel.

No Brasil do século XIX, o poeta e militante negro Luiz Gama formalizou a consciência de sua posição marginal, enquanto literato negro em uma sociedade escravocrata. Ele disse, a respeito de si próprio, situar-se, e escrever, nas “abas do Parnaso”.

A ironia metafórica de Luiz Gama é denúncia e revelação deste olhar marginal, lateral e de viés, capaz de captar dimensões inéditas de fenômenos culturais, de ler silêncios eloquentes e de tecer novos significados em contexturas antigas, onde emerge e se forja a criatividade literária .

Notas

- 1- LE GOFF, Jacques. "L'Histoire". *L'Histoire, la sociologie et l'anthropologie*, Paris, 2000, p.70.
- 2 - ORY, Pascal. "Qu'est-ce que l'histoire culturelle?" *L'Histoire, la sociologie et l'anthropologie*. Paris, 2000, p.105.
- 3 - GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001, p.7. Trad. Vera Ribeiro.
- 4 - SINFIELD, Alan. *Culture and authority. Working papers in British studies 3*. São Paulo, USP/British Council, p.33.
- 5 - MAZZOTTI, Tarso. "Analyse des métaphores: une approche pour la recherche sur les représentations sociales". In: *Les représentations sociales: balisage d'un domaine d'études*. C. Garnier et W. Doise (orgs.) Montréal: Université du Québec à Montreal, 2002. p.3.
- 6 - MATO, Daniel. "Estudios y otras prácticas latinoamericanas en cultura y poder". Trabalho apresentado na III Reunión del GT Globalización, Cultura y Transformaciones Sociales del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Caracas, nov. 2001 (inédito). Cópia datilografada, p.6.
- 7 - PIGLIA, Ricardo. *Una propuesta para el nuevo milenio. Margens, Caderno de Cultura*. UFMG/Universidad Nacional de Mar del Plata/ Universidad de Buenos Aires, n.2, p.3, out. 2001.

